



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0026425-98.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Victor Fernando Franca Malvino**  
 Requerido e Litisconsorte Passivo: **Marisbel Eliza Nicola e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Victor Fernando Franca Malvino moveu ação indenizatória contra Marisbel Eliza Nicola, sustentando que a ré, em 30.06.2012, por invadir a contramão de direção, é responsável pelos danos que o autor, na ocasião conduzindo uma motocicleta, sofreu em acidente de trânsito, e pedindo seja a ré condenada a pagar indenização (a) pelos danos materiais relativos à motocicleta, de R\$ 3.020,02 (b) pelos danos morais, de R\$ 10.000,00 (c) pelos danos estéticos, de R\$ 50.000,00 (c) mensal de um salário mínimo, desde a data dos fatos até que o autor esteja em condições de trabalhar.

Rito sumário adotado, a conciliação foi infrutífera, fls. 40.

A ré contestou às fls. 41/50, denunciando à lide a seguradora Allianz Seguros S/A, e, no mérito, alegando que o autor foi o culpado pelo acidente, vez que foi ele, autor, quem invadiu a contramão de direção, não o contrário; pediu o afastamento dos lucros cessantes, impugnando a afirmação de que o autor trabalhava à época dos fatos, assim como que tenha havido incapacidade total ou parcial após o incidente; impugna a ocorrência de danos morais ou estéticos; pleiteia, subsidiariamente, em caso de condenação, seja deduzido o quantum recebido de seguro obrigatório.

A denúncia foi acolhida e, citada, em segunda audiência de conciliação, fls. 60,

**0026425-98.2012.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a denunciada trouxe, às fls. 61/71, contestação, alegando que o seguro não cobre danos morais ou estéticos, que a sua responsabilidade é secundária e não pode haver condenação direta, e, impugnando ainda a afirmação de que a ré-denunciado teve culpa pelo acidente, assim como a existência dos danos alegados.

Sobre as contestações manifestou-se o autor, fls. 175/181.

Informação sobre o seguro DPVAT, às fls. 169.

Laudo pericial médico às fls. 191/196.

Foi determinada a produção de prova oral, colhendo-se o depoimento de uma testemunha, às fls. 216, e das partes, fls. 220 e 221.

Determinada prova pericial de engenharia, o laudo veio aos autos, fls. 290/300.

Memoriais às fls. 306/307, 311/316, e 319.

É o relatório. Decido.

As partes - o autor na motocicleta, a ré no automóvel - trafegavam em sentidos contrários pela Rua Doutor Duarte Nunes, que possui duas mãos de direção, e, num dado momento, a frente da motocicleta colidiu com a parte dianteira esquerda do automóvel (cf. fls. 96), em conformidade com as informações lançadas pelos policiais militares no BOPM de fls. 21/22.

Sustenta cada uma das partes que a outra invadiu a contramão, por imprudência.

Ocorre que, colhida a prova, não se chega, racional ou razoavelmente, a conclusão alguma sobre o culpado – e, portanto, responsável – pelo acidente, de modo que, aplicadas as regras de distribuição do ônus probatório (art. 333, I, CPC/73; art. 373, I, NCPC), forçosa é a improcedência da ação.

Com efeito, temos nos autos laudo pericial que, posto bem elaborado (fls. 291/300), apóia-se em premissa factual que não tem suporte nos autos, sendo inclusive infirmada pela única testemunha ouvida (fls. 216).

Como se sabe, o juiz não está vinculado às conclusões do laudo pericial, podendo,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fundamentadamente, afastá-las, à luz do restante do conjunto probatório (art. 436, CPC/73; art. 479, NCPC).

O problema está na pressuposição de que a fotografia de fls. 293 estaria a retratar a posição exata do automóvel da ré no momento do acidente.

Se o automóvel da ré estivesse, no instante da colisão, inclinado à esquerda, com a roda disterçada à esquerda, e invadindo a contramão, como concluiu o perito pela criteriosa observação da fotografia, haveria, realmente, elemento probatório a recomendar o acolhimento da pretensão deduzida pelo autor.

Todavia, não há respaldo probatório para que a fotografia de fls. 293 seja adotada como paradigma a propósito da altura dos veículos quando da colisão.

A prova pericial do presente caso está correta quanto à metodologia adotada, mas a sua conclusão somente pode ser lida da seguinte maneira: na hipótese de a fotografia de fls. 293 retratar a posição dos veículos no instante do acidente, então houve a invasão da contramão pela ré em conformidade com a figura constante de fls. 294.

Todavia, o autor não produziu prova testemunhal corroborando tal hipótese. Na realidade, o autor esqueceu-se de arrolar testemunhas com a inicial, o que acarretou a preclusão ("a não-apresentação do rol de testemunhas quando do ajuizamento da causa sob procedimento então denominado sumaríssimo, hoje sumário, importa em preclusão" (STJ, REsp 61.788/DF, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Rel. p/ Ac. Min. Salvo De Figueiredo Teixeira, 4ªT, j. 17/02/1998).

Em primeiro lugar, seria importantíssimo identificar a reação dos condutores após o choque. Em especial, a reação da ré. Não se sabe se a ré, com a colisão, imediatamente parou o veículo, sem disterçar o volante em qualquer direção. Não reagem todos da mesma maneira em acidentes. A resposta a esse concernente somente poderia se dar através de prova oral, não pela pericial que foi feita, especialmente porque a colisão deu-se em velocidade relativamente baixa, sem que marcas dos pneus tenham sido deixadas no chão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em segundo lugar, a testemunha ouvida em juízo, Alex Camilo Veronesi, fls. 216, declarou: "Havia um veículo estacionado à direita no sentido de tráfego da Pajero, e o motociclista acabou atingindo sua moto na Pajero, pois deve ter se distraído com alguma coisa e não percebeu que a Pajero, sem invadir a mão de direção da motocicleta, passou rente ao veículo estacionado, e isso pode ter surpreendido o motorista. (...) O piloto da motocicleta estava dirigindo em linha reta, repentinamente inclinou seu veículo levemente para a esquerda e, na sequência, na tentativa de evitar o choque, manobrou-o para a direita, mas não conseguiu evitar a colisão".

Quer dizer, temos uma prova testemunhal afirmando, positivamente, que a ré não invadiu a contramão de direção, e indicando a existência de culpa do autor.

Tal prova não pode ser desconsiderada porque, como afirmado anteriormente, a premissa factual da prova pericial não tem apoio no panorama probatório.

Em terceiro lugar, do depoimento dessa mesma testemunha extraímos que a Pajero possivelmente estava de fato conduzindo o seu veículo não em linha paralela à calçada, e sim em sentido inclinado, por conta da existência de um veículo estacionado à sua direita na via. Tal manobra não é irregular ou imprudente, se o condutor não invade a contramão de direção. Segundo a testemunha, não ocorreu tal invasão.

Perguntará então o autor: se não houve tal invasão, então por que na fotografia de fls. 293 ela está caracterizada, como afirmado pelo *expert*? A resposta é-nos dada pela mesma testemunha, ao dizer que, "com o choque, a Pajero se deslocou poucos metros à frente".

Ora, esse deslocamento da Pajero "poucos metros à sua frente" é o suficiente para que, embora ela estivesse em sua mão no momento exato da colisão, no momento da parada já estivesse parcialmente invadindo a contramão, vez que, como exposto antes, a ré vinha fazendo uma manobra à esquerda – repito, em sua mão de direção até esse momento da colisão - para passar rente ao veículo que estava estacionado à sua direita.

Nesse contexto probatório, reputo que não há segurança, a propósito da dinâmica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dos fatos, para que se julgue pela procedência.

Saliento, ao final, que o depoimento pessoal da autora, fls. 220, embora contenha algumas afirmações que seriam contrárias ao seu interesse, não são seguras o suficiente para infirmar o que acima foi exposto. Não é porque a ré diz que a Pajero ficou "praticamente no mesmo local de direção onde se deu a colisão" que devemos interpretar o "praticamente" de modo radical e restritivo, além de contrário à outra afirmação feita por ela própria no mesmo depoimento pessoal, no sentido de que foi a moto que perdeu o controle de direção num dado momento, ou de modo contrário ao exposto pela testemunha, no sentido de que, ocorrido o acidente, o veículo andou "poucos metros à frente" (o que também pode ser considerado "praticamente no mesmo local"). Lembre-se, no ponto, o disposto no art. 354 do CPC/73 e no art. 395 do NCPC, estabelecendo a indivisibilidade da confissão.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação, condenando o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**